

PERCURSOS HISTÓRICOS DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: OS CONFLITOS NO CAMPO E A FORMAÇÃO DO MST

Marileuda Fernandes do Nascimento Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
ana.fernandes3473@gmail.com

Anne Rocha da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
leticiavitoria65_@hotmail.com

Kergilêda Ambrosio de Oliveira Mateus
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
kmatteus@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho, recorte de um projeto de pesquisa em andamento, busca discutir o processo histórico de luta pela terra no Brasil e, dentro desse percurso, a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST. Para o desenvolvimento desse estudo, realizamos a Pesquisa Bibliográfica e trouxemos para a discussão os trabalhos de Caldart (2000, 2004), Freire (1997, 2000), Fernandes (2000), Morissawa (2001), Bezerra (1999), Mateus (2016), Ghon, (2003), que nos serviram de referencial para aprofundarmos as análises sobre a temática da luta pela terra e seus desdobramentos na história do país. Desejamos, por meio dessa pesquisa, fomentar novas discussões e investigações que tragam para o centro do debate os homens e mulheres do campo e suas lutas por um lugar onde possam viver dignamente.

Palavras-chave: Luta pela terra. Movimentos Sociais. MST.

Introdução

Compreendemos que é no contexto de luta pela terra e para se libertar das condições de exploração que os Sem-terra se descobrem homens e mulheres com direitos. A terra está aí, mas poucos podem usufruir dela, visto que a mesma está restrita àqueles que possuem o poder do capital, isso, entretanto, não silencia os trabalhadores que querem garantir um lugar para morar, plantar e viver. Nas relações que estabelecem com os seus pares nos diversos espaços de luta, os trabalhadores e trabalhadoras do campo se reconhecem como sujeitos que constroem a história e

passam a lutar por seu espaço de pertencimento: a terra, e na busca por direitos negados ocupam ruas, prédios, instituições e constroem estratégias de lutas. A rebeldia que os caracteriza configura-se como indignação diante da injusta concentração de terras nas mãos dos opressores que lhes rouba a humanidade, o direito de ser e estar no mundo, e transforma a luta em *práxis*, numa ação radical de denúncia da realidade perversa e a busca da sua transformação. Denúncias estas feitas com muita ousadia, com coragem, com sonho, com esperança de um novo amanhecer.

Nesse trabalho procuramos registrar a luta de homens e mulheres ligados à terra para permanecer nos seus espaços de pertencimento, lugar de morar e de subsistir. Retratamos os conflitos relacionados aos povos do campo que aconteceram na história do Brasil desde o período colonial até a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra,

A luta pela terra representa mais que uma luta para possuir a terra, representa a preservação das maneiras de estar e ser no mundo das comunidades camponesas, ou seja, as suas formas de se relacionar, de viver e de se constituir como sujeitos do campo.

A luta pela terra no Brasil e a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra

A história de formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação do nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, a luta contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfraquecimento constante contra o capitalismo. Essa é a memória que nos ajuda a compreender o processo de formação do MST (FERNANDES, 2000, p. 125).

A história dos homens e mulheres do campo no Brasil é marcada por diversos conflitos registrados por guerras indígenas, lutas de escravos e escravas, revoltas populares que demonstraram historicamente o sentimento de insatisfação e de resistência dos excluídos. São anos de opressão a que estiveram submetidos aqueles que dependiam diretamente da terra para morar e tirar seu sustento.

Se analisarmos, a Lei de Terras decretada pelo Império brasileiro em 1850, veremos claramente a restrição à posse da terra no país. Em um contexto em que se acirravam as discussões sobre a abolição da escravatura e a entrada de imigrantes no território para substituição do trabalho escravo, pensar uma lei que pudesse limitar as possibilidades de propriedade apenas para quem podia comprá-la era interessante para a manutenção da estrutura agrária apoiada no latifúndio, ao mesmo tempo em que obrigava os trabalhadores a continuarem prestando serviço para os fazendeiros. De acordo com Morissawa,

Por essa lei só poderia ter terra quem as comprasse ou legalizasse as áreas em uso nos cartórios, mediante o pagamento de uma taxa para a Coroa. Portanto, a Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria à qual somente os ricos poderiam ter acesso (2001, p. 71).

Sendo assim a terra continuaria nas mãos dos latifundiários e de seus herdeiros. A Lei garantia, portanto, a propriedade da terra àqueles que já dispunham dela. Caberia aos trabalhadores e trabalhadoras lutar por um espaço de onde pudessem retirar sua sobrevivência e resistir para permanecer nestes enquanto seus lugares de referência.

Na resistência para permanecer em seus espaços de moradia os povos do campo reinventam seus modos de ser e estar no e com o mundo e reivindicam outra lógica de relação com a terra, na qual se privilegia o uso social desta e coloca em xeque as questões relacionadas ao direito da sua propriedade, instaura assim, uma luta pela terra como valor social (MATEUS, 2016, p.93).

A luta pela terra se faz presente em todos os períodos que marcam a história do Brasil e traz na sua simbologia outras lutas: contra todo tipo de dominação, contra a exploração da classe trabalhadora pelo capital, contra a opressão e representa, dessa maneira, a aglutinação de forças em prol de ideais de libertação. Entretanto, os homens e mulheres do campo, querem liberdade e direito a um pedaço de terra onde possam plantar e fazer morada e para isso resistem aos processos históricos que os expulsam dos seus espaços de pertencimento que demarcam desde o período colonial.

A forma como se estabeleceu a colonização do Brasil nos possibilita compreender o nascedouro das relações de exploração e da injusta sociedade de classes instituída e existente até os nossos dias. Iniciativas como as políticas das Capitanias Hereditárias e as Sesmarias, no início do processo de colonização que privilegiou a "doação" de terras brasileiras a nobres, amigos da Coroa, e ainda, a instituição da Lei de Terras de 1850 que tornou a terra um bem comercial, favorecendo os grandes proprietários rurais, representaram ações que desencadearam o início da concentração de terras nas mãos de um grupo que detém e perpetua o poder, em detrimento da exploração dos trabalhadores rurais ou a expulsão das populações camponeses do seu lugar de referência. (MATEUS, 2016, p.93).

Podemos identificar na história do Brasil alguns movimentos que foram fundamentais para a luta camponesa que datam desde o “descobrimento”. Segundo Fernandes (2000) a luta pela terra no Brasil acontece desde o período colonial, com os povos nativos na defesa de seu território contra as “entradas” e “bandeiras” patrocinadas pelo governo português e por fazendeiros da época. Sendo assim essa luta tem início com a resistência dos nativos contra o genocídio histórico por meio de diversos movimentos de resistência, como por exemplo: a Confederação dos Tamoios que aconteceu entre (1554 e 1567) e a Guerra dos Potiguaras que ocorreu entre (1575 e 1584). Nestas terras, disputadas por Portugal e Espanha, foram construídas as missões religiosas pelos padres jesuítas. Nesse território viveram os Trinta Povos Guaranis, onde cada povoado chegou a ter entre 1500 a 12 mil nativos. Atacados constantemente pelos bandeirantes e pelo exército de Espanha e Portugal, os povos guaranis resistiram até o limite de suas forças (FERNANDES, 2000).

Símbolo da luta pela terra e contra a escravidão foram os quilombos. Segundo Fernandes,

Os quilombos foram espaços de resistência e para se defenderem os quilombolas também atacavam engenhos e fazendas da região. Palmares foi o maior quilombo. Localizava-se na Zona da Mata, a cerca de 70 quilômetros do litoral. Era um conjunto de povoados socialmente organizados que formou a União dos Palmares. Nessas terras os palmarinos cultivavam suas roças de milho, feijão, mandioca, canas-de-açúcar criavam galinhas, caçavam e pescavam. Estima-se que por volta de 1670, perto de 20 mil pessoas viviam nessa região. Ganga Zumba e Zumbi foram seus principais líderes. De 1602 a 1694, Palmares resistiu, quando o exército do bandeirante Domingos Jorge Velho, enfrentou e destruiu o exército de Zumbi, aniquilando o território de palmares(2000, p.26).

Essas lutas podem ser consideradas como os embriões do que mais tarde se configurou como MST. Destacamos também como conflito importante da história o que ocorreu no sertão da Bahia, na região de Canudos, entre os anos de 1870 e 1897 e que teve como líder Antônio Conselheiro, derrotado depois de brutais incursões das tropas federais. Para Fernandes (2000) Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa no Brasil. Conselheiro e seus seguidores instalaram-se na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para o fortalecimento e manutenção da comunidade. Todos tinham direito a terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desprotegidos, que não tinham como viver dignamente (FERNANDES, 2000).

A fama de Canudos extrapolou as fronteiras da Bahia, atingindo os brios do governo federal. Em 1897, após quatro expedições militares, onze meses de luta sangrenta, com a morte de mais de oito mil pessoas, Canudos foi esmagado pelas forças militares (GHON, 2003, p. 49).

Outro movimento importante de luta pela terra aconteceu na região do Contestado, divisa do Paraná com Santa Catarina entre os anos de 1912 e 1916. Liderado pelo Monge José Maria, milhares de camponeses lutaram e derramaram seu sangue em prol do sonho de poder sobreviver dignamente no campo.

[...] O conflito se desencadeou em decorrência da concessão de uma enorme extensão de terras do governo para uma empresa norte-americana, no trecho previsto para construção da rodovia São Paulo - Rio Grande do Sul. Milhares de famílias foram expropriadas e, ao final da construção da rodovia, muitos trabalhadores ficaram desempregados e passaram a seguir o monge, que se estabeleceu em uma região onde ainda havia disputa de fronteiras entre os estados do Paraná com Santa Catarina, daí o termo Contestado [...] (MATEUS, 2016, p.98).

A partir da década de 1930, já com a crise do modelo agroexportador, acontecem mudanças que marcaram a história política e econômica brasileira. Nesse período a ainda jovem burguesia industrial brasileira decide pôr fim à hegemonia política e econômica das oligarquias rurais que defendiam o modelo agroexportador. Getúlio Vargas assumiu o poder e algumas ações

foram implementadas com vistas a organizar e legitimar as relações de trabalho dentro de uma nova conjuntura urbano-industrial.

Algumas ações do governo buscaram organizar as relações de trabalho, instituindo a primeira legislação trabalhista unificada do país com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Com um olhar voltado para o trabalhador urbano, os direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais foram negligenciados [...] (MATEUS, 2016, p.99).

"Getúlio, porém, se esqueceu dos trabalhadores do campo. Será que eles não contavam? Por que ficaram de fora das leis trabalhistas? Na época, mais de 60% dos brasileiros viviam no campo" (MORISSAWA, 2001, p. 81). Mais uma vez, os homens e mulheres do campo foram invisibilizados e suas demandas ignoradas dentro da legislação que se instituía.

Com o fim do período Vargas, compreendido entre 1930 a 1945, experienciamos uma tentativa de se constituir uma sociedade mais democrática e com ela a consolidação de um modelo urbano-industrialização. Com relação ao setor agrário, o processo iniciado na década de 1930 não seria mais detido: a capitalização do campo.

Nesse cenário, as lutas dos trabalhadores do campo aconteceram em várias regiões do país como forma de resistência a expansão do poder latifundiário e pela permanência nas suas terras. Os conflitos sinalizavam mais uma vez a urgente necessidade de ações políticas que promovessem uma justa distribuição de terras por meio de uma reforma agrária que atendesse aos anseios populares e que até hoje não se consolidou (MATEUS, 2016, p.99).

No período de 1950-1964 surgem vários movimentos camponeses organizados em entidades como a ULTRAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), nas regiões Sul e Sudeste do país. Em Pernambuco, surgiu no Engenho Galiléia uma associação de foreiros denominada "Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco", logo conhecida como "Liga Camponesa".

De acordo com Fernandes,

Em 1954, em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, em uma propriedade denominada Engenho da Galiléia, foi criada a Sociedade Agrícola de

Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, que por sua forma de organização ficou conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia. Seus associados eram foreiros que pagavam ao fazendeiro renda da terra em forma de aluguel anual (foro). Reagiram ao aumento da exploração e tentativa de expropriação pelo dono do engenho e buscaram apoio com o advogado e deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro, que passou a representá-los(2000 p. 33).

Em 1962 foram realizados encontros e congressos das Ligas, reunindo representantes de vários estados. A essa altura, a mobilização era por uma reforma agrária radical. Em suas lutas os camponeses resistiram na terra e passaram a realizar ocupações. Parte das Ligas tentou organizar grupos guerrilheiros, quando então ocorreu a prisão de muitos trabalhadores e os grupos foram dispersos pelo exército. Com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas e outros movimentos foram perseguidos e passaram a agir na clandestinidade, muitas organizações de trabalhadores rurais foram fechadas e as principais lideranças camponesas foram presas ou exiladas, quando não assassinadas. Em 1964, o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil denominada “Estatuto da Terra” (MORISSAWA, 2001).

Mas esse “Estatuto da Terra” jamais foi implantado. Era um “faz-de-conta” para conter as reivindicações e “dar respostas” aos problemas do campo. Com o intuito de viabilizar a sua política econômica, o Estado manteve a questão agrária sob controle com essa política, o acesso à terra ficou fechado aos camponeses e totalmente aberto às empresas capitalistas e aos latifundiários.

Como afirma Morissawa,

‘Estatuto da Terra’ acabou por favorecer os latifundiários: Escancarou-se, então, como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As únicas e pouquíssimas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização. De 1965 até 1981, foram realizadas oito desapropriações em média por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos setenta conflitos por terra anualmente(2001, p. 100).

O “Estatuto da Terra” caracterizou-se, então, como um instrumento estratégico para controlar e silenciar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra.

Por meio da força e respaldado pela lei, o governo militar buscou de todas as formas silenciar os gritos do campo e desviar do foco das discussões as reivindicações por uma reforma agrária radical e confiscatória, instaurou um período de medo, perseguições, torturas e mortes, ao mesmo tempo em que se auto-proclamava "nacionalista e de amor pela nação". Para referendar tal discurso e fortalecer a política econômica capitalista, recorreram a uma proposta de reforma agrária que atendesse as demandas oligárquicas e enfraquecesse a luta pela terra (MATEUS, 2016, p. 105).

Ainda segundo a autora,

Apesar da conjuntura adversa, os homens e mulheres do campo não calaram suas vozes, continuaram a protagonizar revoltas manifestas, silenciadas, invisíveis, individuais ou coletivas, pagando um alto preço ao lutar por um pedaço de chão onde pudessem se estabelecer (MATEUS, 2016, p.105).

Registrar a memória histórica desses conflitos tem uma relevância especial, pois podemos perceber nesse processo os precursores da luta pela terra dos quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é herdeiro e continuador. É neste contexto histórico de enfrentamento, conflito, resistência, esperança e de luta pela terra, em que vários movimentos e pessoas deram suas próprias vidas, que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Podemos afirmar que o MST nasceu das lutas concretas pela conquista da terra, que os camponeses foram desenvolvendo em quase todas as regiões do Brasil.

NASCE O MST: a instauração de novos percursos

O Movimento dos Sem-Terra, tão ético e pedagógico quanto cheio de boniteza, não começou agora, nem a dez ou quinze, ou vinte anos. Suas raízes mais remotas se acham na rebeldia dos quilombos e, mais recentemente na bravura de seus companheiros das Ligas Camponesas que há quarenta anos foram esmagados pelas mesmas forças retrógradas do imobilismo, colonial e perverso. O importante, porém, é reconhecer que os quilombos tanto quanto os camponeses, das Ligas e os sem-terra de hoje todos em seu tempo, antontem, ontem e agora sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura da história como 'façanha da liberdade (FREIRE, 2000, p. 60).

Trazemos a Pedagogia Libertadora de Freire, porque entendemos que ela contribui como instrumento fundamental no processo de conscientização, e, portanto, na organização dos movimentos sociais, pois não é em si a condição de exclusão, de opressão que tem levado

mulheres e homens a se engajarem na luta social, mas sim, a compreensão da razão de ser de sua condição de oprimidos. A compreensão crítica dos fatos aliada à utopia da mudança, ao saber de que mudar às vezes é difícil, mas possível, faz com que os excluídos da história, se organizem e se engajem na luta para modificá-la.

Paulo Freire (1987) aponta a libertação do oprimido como um parto, onde nasce um homem novo, que supera essa contradição através da luta. “E nessa *práxis* se desvela a opressão e percebem-se os mitos que a alimentam” (FREIRE, 1987, p.38). É com esse desejo do oprimido de se libertar contra a opressão que nasce o MST, quando homens e mulheres do campo se conscientizaram da necessidade de lutarem por sua libertação, pois, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 52). A formação do Movimento tem suas raízes em um contexto de exclusão e desigualdade histórica que apresenta particularidades, mas que também está ligada aos históricos confrontos sociais.

Sobre o surgimento do MST, Mateus afirma que:

Em meio à situação hostil estabelecida pelo poder ditador e com o processo paulatino de reabertura política desencadeado por questões de ordem política e econômica, mas também por pressões de grupos oprimidos da sociedade civil, as populações rurais recolocaram suas lutas na pauta do dia e organizaram ações que se constituíram como raízes embrionárias do que mais tarde viria a ser o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, fundado em 1984 (MATEUS, 2016, 119).

“A luta marca a vida e fica na memória. Aos que lutam, a memória persiste e jamais se esquece da história”. (FERNANDES, p.62). Relembrando essa história que ficou registrada na memória, recorremos as palavras de Morissawa (2001), a semente do MST começou a se desenvolver no dia 7 de setembro de 1979, no período da ditadura militar, com a ocupação¹ da Fazenda Macali em Ronda Alta (RS). A partir desse primeiro ato, nesse mesmo mês foi ocupada a Fazenda Brilhante, também no município de Ronda Alta, e em outubro, a Fazenda Anoni, no

¹ O termo ocupação é utilizado pelo MST e representa uma manifestação política dos trabalhadores que se concretiza na entrada em um imóvel rural para pressionar o governo a desapropriar a área e assentar famílias sem terras, sendo o proprietário indenizado. Morisawa (2001).

município de Sarandi (RS). Desse contexto resultou o acampamento da Encruzilhada do Natalino, em Ronda Alta, em dezembro de 1980.

De acordo com Morissawa, “era um local estratégico, próximo da Anoni, da Macali e da Brilhante. Cerca de sete meses depois, já eram 600 famílias, reunindo cerca de 3 mil pessoas em barracos que se estendiam por quase 2 quilômetros à beira da estrada”(2001, p. 125).

A partir das experiências de luta em acampamentos espalhados por diversos estados (Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), o Movimento ganhava força na medida em que crescia a insatisfação da sociedade civil com o sistema ditatorial.

Neste processo de formação do movimento foi inestimável a contribuição dada por diversos setores da sociedade, com especial destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica.

A CPT foi à aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. [...] a CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 20-21).

Nesse contexto, no final da década de 1970 e durante a década de 1980, com a reabertura política no Brasil, a sociedade civil passou por uma reorganização social que desenhou um campo fértil para o Movimento,

Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se constituir com um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade (STEDILE; FERNADES, 2005, p. 22).

A insatisfação com o regime militar, o retorno dos anistiados ao Brasil, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), as mobilizações por eleições diretas (o movimento pelas Diretas-Já), o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e o retorno das atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), esses dois últimos considerados clandestinos durante o período militar, dentre outros marcos, abriram brechas para a

luta e ajudaram a preparar o terreno para a formação do MST no contexto brasileiro, o que demonstra que a criação e a formalização do Movimento não aconteceram de maneira independente ou apenas pelos esforços dos trabalhadores rurais, sua feição apareceu junto a um contexto de agitação social por mudanças radicais da sociedade.

Segundo Bezerra (1999) O MST, desde sua fundação, tem afirmado e reafirmado a necessidade inexorável de uma Reforma Agrária, que modifique a estrutura da propriedade da terra, dando-lhe um caráter socialista, transformando o modo de produção e conseqüentemente as relações de trabalho.

Pesquisas realizadas por Caldart(2000) direcionam para o mesmo entendimento, quando diz:

Assim se constituiu a base social que gerou ou que permitiu o nascimento do MST: do aumento brusco da concentração da propriedade da terra e do número de trabalhadores rurais sem-terra, do fechamento progressivo das alternativas que poderiam amenizar esta condição, gerando insegurança e miséria entre uma população acostumada a viver com um certo nível de estabilidade (2000.p.69).

O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, também conhecido como movimento dos sem-terra ou MST, vem sendo fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu das articulações das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, conforme afirma Caldart (2004, p. 101) “o MST teve sua gestação no período de 1979-1984, e foi criado formalmente no 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná” especialmente na região centro sul do país e, aos poucos se expandiu pelo Brasil inteiro, sendo considerado "um dos mais importantes movimentos camponeses do mundo" (FERNANDES, 2000, p. 29-30).

Hoje o MST está organizado em 22 estados, e tem como objetivos os mesmos de 1984, que é lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

O fato é que há no Brasil, hoje, um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classe, com sua identidade e seu nome próprio: Sem Terra; e um nome que revela uma identidade trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social. A um processo de construção desse sujeito, que é a

história da formação do sem terra brasileira, em um recorte político e cultural diferenciado, algo que certamente requer estudos mais aprofundados (CALDART, 2000, p. 6).

“Estava assim fundado e organizado um movimento de camponeses sem terra de alcance nacional voltado à luta por terra e pela reforma agrária”. (MORISSAWA, 2001, p. 138), ainda segundo a autora a expressão sem-terra apareceu

Inicialmente na constituinte 1946, quando se colocou em pauta pela primeira vez a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Depois, integrou o nome do Master². Mas foi a imprensa que cunhou definitivamente essa expressão, a partir do final da década de 1970 (MORISSAWA, 2001, p.139).

Concordamos com Caldart (2000) quando afirma que a pessoa que se integra a um movimento social e luta pelo seu direito a ser um trabalhador da terra e sobreviver dignamente deste trabalho, passa a fazer diferença, e não fazer parte apenas das estatísticas, passa a ter um rosto, uma identidade. Pode apanhar da polícia, pode ser despejado das terras que ocupa, pode ser considerado um desordeiro, mas existe socialmente, é sujeito da história, e, mesmo que deixe de participar do MST, jamais será o sem-terra de antes (CALDART, 2000).

Conclusão

O registro da história das lutas populares que se desenvolveram no Brasil, especialmente daqueles e daquelas vinculadas à terra, é de fundamental importância para explicitar o protagonismo de homens e mulheres do campo que não se deixaram silenciar pela opressão e negação de direitos. Estes, tomaram para si a própria história e escreveram, por meio da luta, o poder da força coletiva e apontaram caminhos para a superação das precárias condições impostas pelos seus opressores.

É neste processo que se dá a construção de uma identidade coletiva de pertencimento a um movimento social que tem uma dimensão de humanização das pessoas. Assim homens,

²O MASTER foi fundado no Rio Grande do Sul em 1958 por líderes políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como Leonel Brizola, Paulo Schilling, Jair Calixto e João Sem-Terra. O movimento pressionava o governo estadual a realizar assentamentos (STEDILE e FERNANDES, 2005)

mulheres, jovens e crianças tem construído a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, movidos pela esperança da formação de uma sociedade menos desigual e permeados por sentimentos de alegrias dos encontros e vitórias, e das tristezas experimentadas por companheiros e companheiras que foram silenciados em vários massacres vividos no nosso país.

Referências

BEZERRA, Luiz Neto. **Sem – terra aprende e ensina**. Estudo sobre as Práticas Educativas do Movimento dos Trabalhadores rurais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000

GHON, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MATEUS, KergilêdaAmbrosio de Oliveira. **Modos de vida e convívio escolar: o Assentamento Rural Santa Helena -Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos-UFSCar– SP, 2016, p.238.**

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo- SP: Expressão Popular, 2001.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.